

# Ministro sugere reformar Carta

No campo das restrições que o próximo Governo encontrará, Maílson alerta para o fato de poder ser, agora, compartilhado. "Já não é mais um grupo de pessoas no Ministério da Fazenda, na Seplan e no Banco Central que leva ao Presidente da República um conjunto de medidas que ele baixa como decreto-lei", comenta. "Isso acabou".

Segundo Maílson é preciso entender que o Congresso e o Judiciário tiveram sua competência substancialmente ampliada, embora ainda sem compromissos quanto às consequências de suas decisões. "É um processo de aprendizado", comenta. "Isso resultou na transparência do processo decisório; a participação do Congresso e da opinião pública em debates de assuntos antes restritos a pequenos grupos do Executivo; uma imprensa vigilante, tudo isso muda o panorama. E como consequência, tem-se a diminuição do poder dos que detêm a administração do País e da máquina pública".

Para o ministro, essas mudanças no campo institucional vão exigir do novo Governo uma grande capacidade de negociação; além do abandono do assistencialismo como técnica de ganhar o apoio de setores do empresariado, dos trabalhadores e da opinião pública.

"Vai ter que haver uma adaptação do discurso de grandes promessas à nova realidade econômica, social, política e institucional do Brasil", adverte Maílson. "A percepção de que agora não estamos elegendo um ditador, mas um Presidente da República que vai ter que se amoldar a essa novo quadro institucional. A percepção deve ser de que o novo presidente, por não ser um ditador, não vai ter a capacidade nem de prometer, nem de resolver tudo. Será uma tarefa não apenas dele, mas de vários governos, trabalhando no sentido de atacar os desequilíbrios da economia nacional".

## EXAGEROS

Para Maílson, o novo Governo tem, nesse ambiente de restrições, uma grande tarefa, que é a de re-

formar a Constituição. "Haverá necessidade de remover os exageros dela, para que se torne moderna, voltada para o futuro", assegura.

"É preciso remover aspectos com a esdrúxula limitação da taxa de juros de 12 por cento reais ao ano", prossegue Maílson. "Rever a competência que se deu ao poder Judiciário de propor seus próprios salários e gastos ao poder Legislativo, sem preocupação de que aquilo possa acarretar dificuldades no Tesouro, se ele tem capacidade, e de produzir efeitos em cadeia por essa desgraça que se criou também, que é a isonomia. Nada mais é, a isonomia, do que uma maneira de nivelar todo mundo pelo alto, sem saber se o Tesouro pode e se a economia consegue atender essas reivindicações".

Maílson sustenta ainda que nessa reforma da Constituição é preciso rever as responsabilidades do Estado, mas particularmente do Governo Federal, ou, ao mesmo tempo, se não for possível isso, rever a partilha de recursos que transferiu brutais parcelas de receitas da União para os Estados e Municípios, formando uma inequação, em que a União perdeu dinheiro e aumentou as suas responsabilidades. "É uma conta que não fecha", arremata.

## BUROCRACIA

Outro ponto que Maílson faz questão de ressaltar é a necessidade de rever as vantagens que, segundo ele, já eram grandes, e que a Constituição deu à burocracia pública no Brasil, seja na administração direta ou nas estatais. "É preciso ter coragem de começar a debater a questão da estabilidade no emprego no setor público", assegura.

Concluindo, Maílson diz que a tarefa que espera o próximo Governo não vai ser fácil. "O problema não é econômico, não é de diagnóstico. O problema é político. O problema é de como vamos mobilizar a sociedade para essas mudanças. Temos um longo aprendizado pela frente, de aprender a construir na adversidade. O importante é que teremos a participação responsável da sociedade".